



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2014

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	6
C) Economia Regional	8
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Administração Regional	16
B) Administração Local	23
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	34
B) Orçamento da Despesa	39
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	48
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	55
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Direta	57
B) Avaes	59
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	61



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores - Lei n.º 79/98 de 24 de novembro, na redação conferida pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro, e demais legislação, o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2014.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014, foi elaborado, tendo como referência, o quadro financeiro definido na Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas e na Proposta de Lei 178/XII que contempla o Orçamento de Estado para 2014, nos quais estão definidos um conjunto de meios financeiros de que a Região irá dispor para o corrente ano.

Com a atual proposta de Orçamento, pretende-se dar continuidade à estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas.

A proposta de ORAA apresenta um montante de investimento público extremamente importante para as empresas regionais e respetiva economia, atingindo os 428,3 milhões de euros.



A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.298,7 milhões de euros, dos quais 182,2 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

A proposta de Orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efetivas cobrem a totalidade das despesas efetivas, e foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, contendo as disposições que lhe são aplicáveis de acordo com o previsto na proposta de Orçamento de Estado para o corrente ano.

O Orçamento para 2014 é, no entender do Governo dos Açores, um instrumento macroeconómico importante para a sustentabilidade da Região, na atual conjuntura.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA MUNDIAL

A atividade económica mundial vem registando um certo abrandamento e as perspetivas de evolução continuam a apontar no sentido do crescimento global se manter a uma taxa média anual ligeiramente superior a 3 %.

Para este nível de intensidade média de crescimento contribui a desaceleração em diversas economias emergentes, ao mesmo tempo que entre as economias avançadas se registam desempenhos em patamares com dinâmicas modestas, sem avançarem para processos de crescimento significativo ou, até, entrando em recessão.

Efetivamente, nas principais economias emergentes registam-se níveis de crescimento inferiores aos das respetivas previsões, dependendo de elementos como os de estrangulamento de infraestruturas e limitações de capacidade, desaceleração de crescimento da procura externa, matérias-primas a sofrerem desvalorizações nos respetivos preços, preocupações no que respeita a estabilidade financeira e as próprias políticas públicas mais contidas.

Os desempenhos entre as economias avançadas evidenciam opções de políticas e situações conjunturais que condicionam as evoluções económicas entre países e respetivos espaços de influência.

A atividade económica nos Estados Unidos recuperou durante o ano de 2012, beneficiando de um contributo positivo da procura interna. A



evolução superou as expectativas, sendo superior às previsões, que apontavam para um abrandamento. O mercado de habitação continuou a recuperar, contribuindo positivamente para o investimento, tendo os respetivos preços atingido níveis comparáveis aos de 2007, quando se registou a queda como um ponto marcante na crise despoletada desde então. O crescimento económico estendeu os seus efeitos ao mercado de trabalho, verificando-se a criação de empregos.

Entretanto, políticas internas de consolidação fiscal, a par de condições em incentivos de política monetária, levantam riscos quanto à estabilidade financeira, nomeadamente de fluxos de capitais.

Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013 ^(p)
PIB				
Economia mundial	5,2	4,0	3,1	3,1
Economias avançadas	3,2	1,6	1,2	1,2
EUA	3,0	1,8	2,2	1,7
Japão	4,4	-0,6	1,9	2,0
Área do euro	1,9	1,4	-0,6	-0,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,3	6,4	4,9	5,0
Rússia	4,0	4,3	3,4	2,5
China	10,4	9,3	7,8	7,8
Índia	9,9	7,7	3,2	5,6
Comércio mundial de bens e serviços	12,7	6,0	2,5	3,1
Preços no consumidor				
Economias avançadas	1,6	2,7	2,0	1,5
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,1	7,2	6,1	6,0
Preços de matérias-primas				
Petróleo (brent) em USD	27,9	31,9	1,0	-4,7
Matérias-primas não energéticas em USD	26,3	17,8	-9,9	-1,8
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)				
Depósitos em dólares USD	0,5	0,5	0,7	0,5
Depósitos em euros	0,8	1,4	0,6	0,2
Depósitos em ienes japoneses	0,4	0,3	0,3	0,3

Fonte: IMF. World Economic Outlook, April 2011; Update, July 2013.

Nota: ^(p) projeções.



Na área do euro, as políticas orçamentais de cariz restritivo facilitaram saldos das administrações públicas mais equilibrados ou controlados. Todavia, com o abrandamento da procura interna registaram-se quedas nas produções de diversos países, atingindo o próprio nível agregado da área económica no seu conjunto. Incluem-se neste contexto países que também são os principais destinos das exportações portuguesas.

Na sequência da contração na atividade económica e de forma expressiva nas economias condicionadas por processos de ajustamento, observaram-se agravamentos mais acentuados do desemprego. Por outro lado, medidas de política e de intervenção monetárias geraram efeitos positivos em termos de estabilidade e confiança nos mercados financeiros.

O desempenho económico global vem conduzindo a níveis de inflação relativamente fracos e a capacidades produtivas subutilizadas e, conseqüentemente, com margem disponível para crescimento. Assim, ganha sentido a prossecução de políticas monetárias de incentivo e de equilíbrio económico mundial. Neste âmbito, integram-se aumentos de consumo e de investimento em países com excedentes, a par de melhorias de competitividade em países com défice.



B) ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa continua marcada pelo processo de correção de desequilíbrios macroeconómicos, que impõem medidas de ajustamento com amplitudes significativamente restringidas pelos níveis de endividamento e condições de financiamento.

A contração da atividade económica é transversal aos diversos setores, mas atingindo com maior intensidade os mais dependentes da procura interna.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013 ^(p)
PIB	1,4	-1,6	-3,2	-2,0
Procura interna total	0,8	-5,7	-6,7	-4,4
Consumo privado	2,1	-3,9	-5,6	-3,4
Consumo público	0,9	-3,9	-4,4	-2,1
Formação Bruta de Capital Fixo	-3,6	-14,0	-14,5	-8,9
Importações	5,4	5,5	-6,7	-1,7
Exportações	8,8	7,4	3,2	4,7
População				
Emprego	-1,5	-1,5	-0,9	..
Tx de desemprego (% da população ativa)	10,8	12,7	15,7	18,2
Saldo orçamental (% do PIB)	-9,8	-4,4	-6,4	-5,5
IHPC	1,4	3,6	2,8	0,4

Fontes: Banco de Portugal, Boletim Económico do verão 2013; Assembleia da República, UTAO, Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017.

Nota: ^(p) projeções – valor mais provável face às condições e hipóteses consideradas.

É o caso da procura por parte do consumo privado, sendo as famílias atingidas através dos rendimentos disponíveis e dos efeitos nas



condições do mercado de trabalho. A contração ao consumo pelas famílias atingiu mais, compreensivelmente, as aquisições em bens duradouros do que as compras com menor elasticidade face a variações de rendimento, como os de bens de consumo corrente.

O investimento, por sua vez, situa-se em níveis de quebra acentuadas pelos contextos recessivos das atividades e das condições de financiamento restritivas.

Da procura externa tem vindo um contributo positivo para a atividade económica. O saldo de exportações líquidas de importações, vem registando excedentes significativos em termos do processo de reajustamento de equilíbrios macroeconómicos. Apesar de perdas de dinamismo de parceiros comerciais, nomeadamente na área do euro, o país conseguiu registar ganhos de quotas de mercado. Além destes ganhos em quotas de mercado, os principais contributos para o crescimento das exportações vêm decorrendo no âmbito de processos de diversificação geográfica.

As informações de conjuntura mais recentes apontam no sentido de um abrandamento na intensidade da contração das atividades económicas, na sequência de melhorias de desempenho das exportações e do ritmo menor da redução da procura interna.

Todavia, a informação disponível para o mercado de trabalho continua a revelar uma queda do emprego, permanecendo o desemprego em níveis historicamente elevados. Neste contexto faz-se sentir uma pressão no sentido da desvalorização de salários e regista-se a redução da



massa salarial das administrações públicas, nomeadamente por via de decréscimos do número de efetivos e das suas remunerações.

Este processo favorece que as pressões inflacionistas se mantenham reduzidas, nomeadamente pela redução de custos. Também o contexto internacional, como foi visto no tema anterior, se revela moderador para os preços a nível interno.

A capacidade de intervenção das administrações públicas continua condicionada pelo elevado défice que, por sua vez, é significativamente atingido pela despesa com juros.

C) ECONOMIA REGIONAL

Aspetos Demográficos

Os elementos mais recentes sobre movimentos demográficos apontam no sentido da evolução geral durante o ano de 2012 dar continuidade a características de variações anuais já delineadas anteriormente.

O registo de 2 488 nados-vivos em 2012 integra-se na linha de tendência do decréscimo da natalidade, assim como o registo dos 2 204 óbitos, na respetiva evolução.



Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos

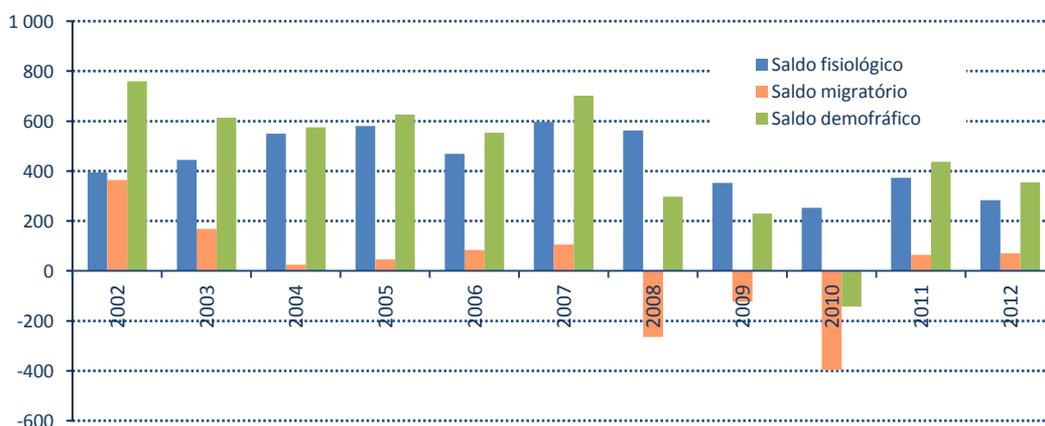
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nados vivos	2 847	2 836	2 786	2 719	2 748	2 488
Óbitos	2 250	2 274	2 433	2 466	2 375	2 204

Fonte: INE, SREA.

A diferença entre as duas linhas de evolução tem vindo a registar uma certa redução, mas gerando saldos fisiológicos que se têm mantido positivos e com dimensão significativa no contexto do crescimento demográfico.

Estima-se que em 2012, o contributo do saldo fisiológico representou cerca de 4/5 do saldo demográfico, o mesmo é dizer, do crescimento efetivo naquele ano. Complementarmente o saldo migratório representou no mesmo ano cerca de 1/5, aliás como tinha representado em 2011. Já para anos anteriores, os saldos migratórios revelam maior variabilidade, quer decorrendo de fatores mais intrínsecos à sua natureza de maior sensibilidade a fenómenos de flutuação conjuntural, como os do mercado de trabalho, quer por razões mais elementares, como os de cálculo por estimativas.

Evolução Demográfica





Destaca-se um padrão etário relativamente equilibrado na distribuição entre gerações e com um peso significativo dos mais jovens, o que favorece a sustentabilidade demográfica e social. A cada 100 jovens correspondem 74 idosos nos Açores, enquanto na média do país correspondem 120 idosos.

O abrandamento da natalidade reflete-se na contração da base etária da população, mas o crescimento efetivo, através da componente dos saldos migratórios positivos, tem contribuído para o alargamento dos escalões próprios da atividade da população.

Aspetos macroeconómicos

O PIB na Região Autónoma dos Açores foi estimado no montante de 3 701 milhões de euros a preços de mercado, no ano de 2011.

Em relação ao ano anterior, aquele montante representa uma variação nominal de -1,1 %.

Evolução do Produto Interno Bruto

O nível de riqueza médio, medido pelo rácio do PIB per capita, correspondeu a 15,1 mil euros anuais por pessoa, o que também representa uma variação, em termos nominais, significativamente próxima à da própria produção.



Apesar das variações anuais que estes indicadores revelam, a posição dos Açores no contexto do país continuou a revelar estabilidade, mantendo-se constante o nível do índice do PIB per capita, isto é, representado sempre 94 em relação aos 100 da média do país no seu conjunto.

Produto Interno Bruto
a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	Açores	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)
2009	3 650	14,9	94
2010	3 743	15,3	94
2011	3 701	15,1	94

Investimento

À medida que se vêm acrescentando dados sobre a FBCF, vão-se revelando elementos associáveis a funções mais gerais de ordem económica e, também, a sensibilidade conjuntural em termos de variações ou flutuações cíclicas.

Setores de serviços e associáveis a infraestruturas assumem dimensões e incidências com significados específicos, enquanto outros revelam maior associação a contextos correntes de atividade económica.



Os últimos dados para 2010 mostram que, no contexto de decréscimo do total da FBCF a partir do ano de 2007, mesmo em termos nominais, alguns ramos seguem uma trajetória que se aproxima da linearidade, enquanto outros revelam mudanças e variações com intensidades expressivas nos respetivos volumes.

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

Anos	Unid.: milhões de Euros						Totais
	Primário	Industrial e Energia	Construção	Comercial Transportes e Turismo	Financeiro, Imobiliário e Técnico	Públicos e Outros serviços	
2007	25,6	108,1	51,6	396,0	229,1	227,5	1 037,8
2008	15,0	112,9	28,7	397,4	197,1	275,1	1 026,2
2009	18,3	169,8	19,2	220,5	224,7	319,4	971,8
2010	29,6	139,3	15,5	234,9	182,4	263,2	864,8

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

Preços no Consumo

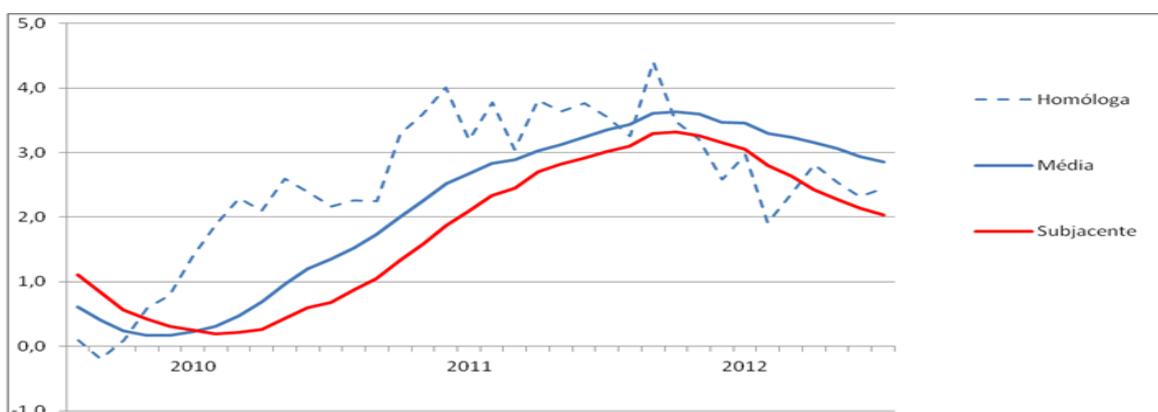
A evolução recente do índice de preços no consumidor vem revelando uma desaceleração da inflação. Efetivamente a taxa média de variação em 2012 situou-se em 2,8%, enquanto no ano anterior atingira 3,4 %.

A desaceleração de preços compagina com fatores económicos decorrentes da redução da procura e de ajustamentos de custos de produção no âmbito da economia portuguesa. O próprio meio de enquadramento exterior minimiza a componente de preços importados. Como foi assinalado no tema sobre economia mundial, o desempenho económico global vem conduzindo a níveis de preços relativamente fracos e sem perspectivas de pressões inflacionistas acentuadas nos próximos tempos.



O próprio índice de inflação subjacente aponta no sentido de preços importados em produtos energéticos e alimentares não transformados estarem a contribuir para a moderação de preços.

Evolução de Preços no Consumidor



Observando as variações de preços por classes, verifica-se que algumas registaram agravamentos, nomeadamente por ajustamentos decorrentes de custos operacionais e de fiscalidade.

Todavia, outras classes contribuíram para a moderação de preços, nomeadamente entre as representativas no cabaz de bens do IPC.

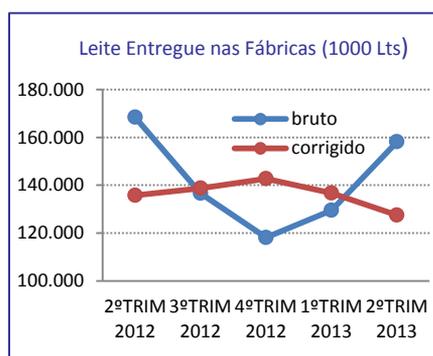
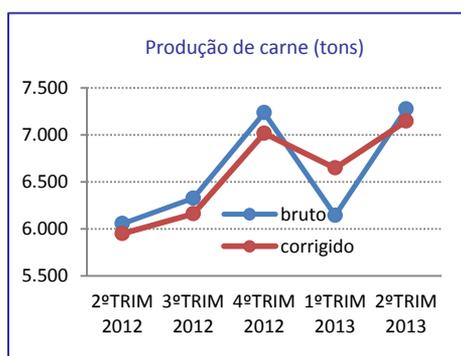
Evolução recente da conjuntura

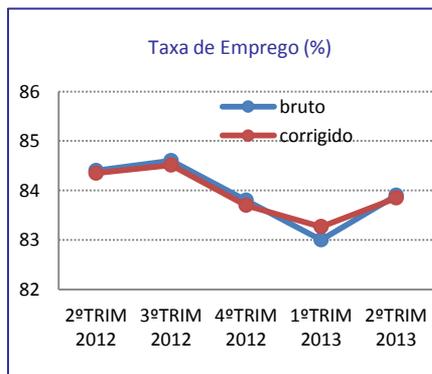
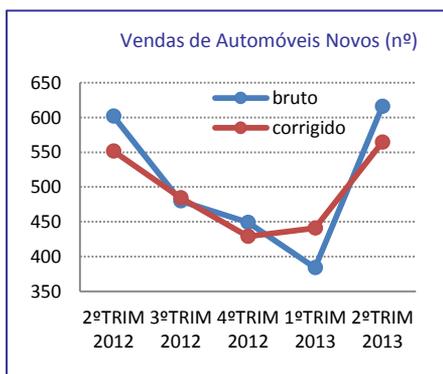
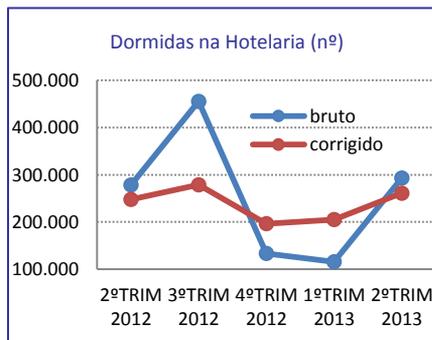
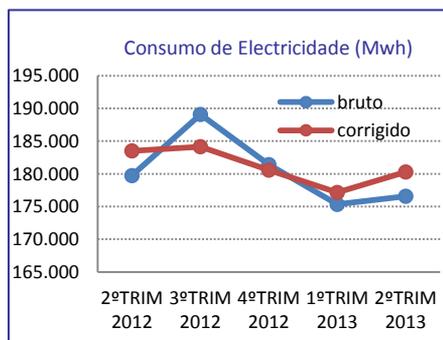
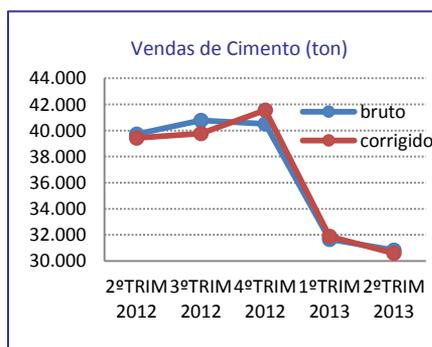
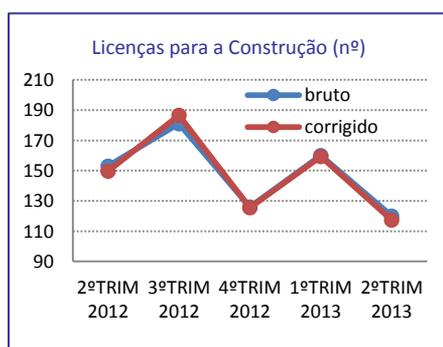
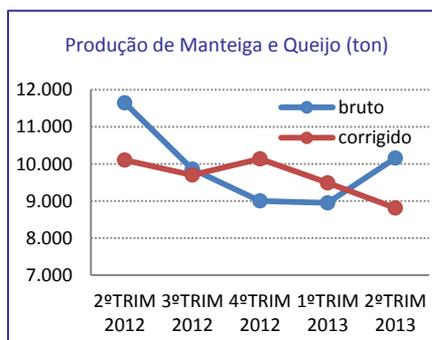
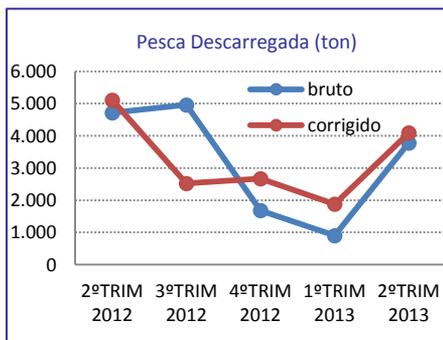
Os dados mais recentes sobre a evolução da atividade económica revelam alguns sinais encorajadores face à situação que se tem vivido no país e também no espaço regional.



Pese embora que em termos de variação homologa (comparação de valores registados num período temporal com os do mesmo período do ano anterior), se registem ainda algumas quebras de atividade económica, mercê do ambiente em termos nacionais de recessão e de políticas restritivas, quando se tomam os dados desses indicadores numa perspetiva de comparação com os do período imediatamente anterior, naturalmente depois de corrigidos os efeitos da sazonalidade, observa-se que desde o principio do corrente ano de 2013, mas fundamentalmente no último trimestre, o segundo, registam-se variações positivas, de algum crescimento, após períodos consecutivos de quebra.

Os indicadores mais representativos da atividade comercial e dos serviços e, também, do emprego apresentaram variações positivas e de recuperação no 2º trimestre, sendo significativo o aumento de vendas de automóveis novos, o consumo de eletricidade, as dormidas na hotelaria regional e o registo de uma menor taxa de desemprego dos ativos. Por outro lado, o abate de animais e a exportação de carne e o volume de pesca descarregado nos portos da região foram também contributos positivos para o conjunto da evolução da conjuntura.







III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Administração Regional

Receita

Os organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiram, a 30 de setembro de 2013, uma receita efetiva de 807,2 milhões de euros, da qual, 675,4 milhões de euros de receita corrente e 131,8 milhões de euros de receita de capital.

30/09/2013	Euros			
	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
RECEITA CORRENTE	637.627.872,96	136.562.588,65	61.575.685,49	675.361.934,50
Impostos diretos	165.007.598,73	0,00	0,00	165.007.598,73
Dos quais:				
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)	125.444.133,37	0,00	0,00	125.444.133,37
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC)	39.558.814,44	0,00	0,00	39.558.814,44
Impostos indiretos	244.828.062,46	0,00	40.934,26	244.868.996,72
Dos quais:				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	162.116.973,76	0,00	40.934,26	162.157.908,02
Contribuições para a segurança Social	3.469.154,59	0,00	0,00	3.469.154,59
Taxas Multas e Outras Penalidades	5.414.540,92	8.338.610,66	0,00	13.753.151,58
Rendimentos de Propriedade	3.509.721,49	7.565,25	1.144,41	3.518.431,15
Transferências Correntes	212.232.624,03	121.419.787,56	56.957.176,67	230.205.375,66
Administração Central - Estado	212.232.624,03	0,00	0,00	212.232.624,03
Outros setores das AP	0,00	110.504.235,50	56.944.376,94	7.044.399,84
Resto do Mundo	0,00	10.091.926,80	12.799,73	10.104.726,53
Outras Transferências	0,00	823.625,26	0,00	823.625,26
Venda de Bens e Serviços Correntes	317.667,09	5.890.557,99	4.410.901,58	10.619.126,66
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.519.586,31	5.327,52	0,00	1.524.913,83
Outras receitas correntes	1.328.917,34	900.739,67	165.528,57	2.395.185,58
RECEITA DE CAPITAL	121.897.021,73	3.981.896,91	15.002.550,48	131.838.112,16
Venda de bens de investimento	51.167,67	24.315,20	0,00	75.482,87
Transferências de Capital	121.788.737,77	3.952.992,00	14.688.066,81	131.386.439,62
Administração Central - Estado	26.529.077,97	412.060,70	0,00	26.941.138,67
Outros setores das AP	0,00	3.298.473,00	8.229.508,69	2.484.624,73
Resto do Mundo	95.259.659,80	222.260,26	6.427.058,12	101.908.978,18
Outras Transferências	0,00	20.198,04	31.500,00	51.698,04
Outras Receitas de Capital	57.116,29	4.589,71	314.483,67	376.189,67
RECEITA EFETIVA	759.524.894,69	140.544.485,56	76.578.235,97	807.200.046,66



A desagregação da receita do setor público administrativo, por grandes agregados, bem como os respetivos níveis de execução, constam do quadro a seguir apresentado.

	30/09/2013		Euros
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	702.010.137,00	636.108.286,65	90,6%
Impostos e Contribuições para a S.S.	477.318.137,00	413.304.815,78	86,6%
Taxas, multas e outras penalidades	7.200.000,00	5.414.540,92	75,2%
Rendimentos de propriedade	3.560.000,00	3.509.721,49	98,6%
Transferências Correntes	212.232.000,00	212.232.624,03	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	700.000,00	317.667,09	45,4%
Outras Receitas Correntes	1.000.000,00	1.328.917,34	132,9%
2. Receitas de Capital	344.687.631,00	123.416.608,04	35,8%
Venda de Bens de Investimento	25.250.000,00	51.167,67	0,2%
Transferências de Capital	316.087.631,00	121.788.737,77	38,5%
Outras Receitas de Capital	350.000,00	57.116,29	16,3%
Reposições	3.000.000,00	1.519.586,31	50,7%
3. Operações Extra-Orçamentais	238.030.410,00	179.485.105,59	75,4%
4. Total (1+2+3)	1.284.728.178,00	939.010.000,28	73,1%

As receitas correntes originaram uma arrecadação de 636,1 milhões de euros, 90,6% do valor orçamentado, evidenciando-se, os impostos diretos, indiretos e contribuições para a Segurança Social com 413,3 milhões de euros e as transferências, com 212,2 milhões de euros. Estes agregados representaram, no seu conjunto, 98,3% da receita corrente e 66,6% do total das receitas contabilizadas.

As receitas de capital, registaram uma execução de 123,4 milhões de euros, ou seja, 35,8% do orçamentado. Destacam-se, neste agregado, as transferências de capital que, com uma execução de 121,8 milhões de euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (98,7%) e 13,0% do total da receita.



A desagregação da receita pelas suas principais componentes, excluindo os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais, é apresentada no quadro seguinte.

30/09/2013	Euros		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	1.046.697.768,00	759.524.894,69	72,56%
Receitas Fiscais	473.318.137,00	409.835.661,19	86,59%
IRS	164.900.000,00	125.444.133,37	76,07%
IRC	30.000.000,00	39.558.814,44	131,86%
IVA	155.585.337,00	162.116.973,76	104,20%
Outras Receitas Fiscais	122.832.800,00	82.715.739,62	67,34%
Transferências do O.E.	318.349.000,00	238.761.702,00	75,00%
Transferências do U.E.	209.970.631,00	95.259.659,80	45,37%
Outras Receitas	45.060.000,00	15.667.871,70	34,77%

As receitas fiscais situaram-se nos 409,8 milhões de euros, o correspondente a uma execução de 86,6%, representando 54,0% do total da receita.

A receita fiscal desagregou-se conforme se explicita no quadro a seguir apresentado.

30/09/2013	Euros		
	Dotação	Execução	%
Impostos Diretos	194.950.000,00	165.007.598,73	84,64%
IRS	164.900.000,00	125.444.133,37	76,07%
IRC	30.000.000,00	39.558.814,44	131,86%
Diversos	50.000,00	4.650,92	9,30%
Impostos Indiretos	278.368.137,00	244.828.062,46	87,95%
ISP	51.000.000,00	34.578.617,14	67,80%
IVA	155.585.337,00	162.116.973,76	104,20%
ISV	6.700.000,00	2.826.338,68	42,18%
Imposto sobre o consumo de tabaco	36.000.000,00	25.884.874,02	71,90%
IABA	5.080.000,00	3.721.543,17	73,26%
Imposto de selo	21.002.800,00	12.728.859,87	60,61%
Diversos	3.000.000,00	2.970.855,82	99,03%
RECEITA FISCAL	473.318.137,00	409.835.661,19	86,59%



Os Impostos Diretos, com uma receita arrecadada de 165,0 milhões de euros, representaram 40,3% do total da receita fiscal, evidenciando-se neste agregado o IRS que, com uma execução de 125,4 milhões de euros, correspondeu a 76,0% destes Impostos.

Os Impostos Indiretos foram o agregado que mais contribuiu para o total da receita fiscal, tendo atingido os 244,8 milhões de euros, 88,0% do valor orçamentado. No âmbito destes, destacam-se o IVA, ISP – Imposto sobre produtos petrolíferos, Imposto sobre o consumo do tabaco e o Imposto de selo, com 162,1 milhões de euros, 34,6 milhões de euros, 25,9 milhões de euros e 12,7 milhões de euros, respetivamente, que, no seu conjunto, contribuíram com 235,3 milhões de euros (96,1% dos impostos indiretos).

Despesa

A despesa dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional atingiram, a 30 de setembro de 2013, uma despesa efetiva de 810,2 milhões de euros, da qual, 656,9 milhões de euros de despesa corrente e 153,3 milhões de euros de despesa de capital.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

30/09/2013	Euros			
	GR	SFA	EPR	SALDO CONSOLIDADO
DESPESA CORRENTE	654.112.486,06	128.259.681,07	34.962.327,17	656.930.281,70
Despesas com Pessoal	236.804.502,65	47.114.637,09	3.213.633,57	287.132.773,31
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	22.021.396,34	47.074.071,32	11.060.733,12	80.156.200,78
Juros e Outros Encargos	8.937.073,47	368.292,06	17.261.584,61	26.566.950,14
Transferências Correntes	362.543.938,87	24.374.482,14	500,00	226.514.708,41
Subsetores das AP	161.452.584,89	66.753,13	0,00	1.115.125,42
Outras transferências	201.091.353,98	24.307.729,01	500,00	225.399.582,99
Subsídios	16.008.369,72	9.172.744,49	0,00	25.181.114,21
Outras Despesas Correntes	7.797.205,01	155.453,97	3.425.875,87	11.378.534,85
DESPESA DE CAPITAL	145.509.568,13	3.008.537,65	13.790.675,64	153.265.424,42
Aquisição de Bens de Capital	42.246.963,87	1.103.890,20	11.199.182,51	54.550.036,58
Transferências de Capital	102.976.260,26	1.904.647,45	2.591.493,13	98.429.043,84
Subsetores das AP	15.378.653,25	1.092.454,31	221.446,86	7.649.197,42
Outras transferências	87.597.607,01	812.193,14	2.370.046,27	90.779.846,42
Outras Despesas de Capital	286.344,00	0,00	0,00	286.344,00
DESPESA EFETIVA	799.622.054,19	131.268.218,72	48.753.002,81	810.195.706,12

No terceiro trimestre de 2013, a desagregação da despesa, do setor público administrativo, por grandes agregados, excluindo os ativos financeiros e os passivos financeiros, foi a que abaixo se evidencia.

30/09/2013	Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	858.128.700,00	654.112.486,06	76,2%
Despesas com Pessoal	311.027.266,00	236.804.502,65	76,1%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	48.961.871,00	22.021.396,34	45,0%
Juros e Outros Encargos	13.500.000,00	8.937.073,47	66,2%
Transferências Correntes	444.006.795,00	362.543.938,87	81,7%
Subsídios	23.452.546,00	16.008.369,72	68,3%
Outras despesas Correntes	17.180.222,00	7.797.205,01	45,4%
2. Despesas de Capital	266.079.068,00	145.509.568,13	54,7%
Aquisição de Bens de Capital	110.263.696,00	42.246.963,87	38,3%
Transferências Capital	155.433.572,00	102.976.260,26	66,3%
Outras despesas de Capital	381.800,00	286.344,00	75,0%
3. Operações Extra-Orçamentais	238.030.410,00	167.788.305,78	70,5%
5. Total (1+2+3)	1.362.238.178,00	967.410.359,97	71,0%

As despesas correntes apresentaram uma execução de 654,1 milhões de euros, evidenciando-se as Despesas com Pessoal e as Transferências Correntes, que com uma execução de 236,8 milhões de



euros e 362,5 milhões de euros, respetivamente, representaram, no seu conjunto, 91,6% do total destas.

As despesas de capital, apresentaram uma execução de 145,5 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 54,7%.

A desagregação da despesa, nas suas componentes de funcionamento e de investimento, sem os ativos financeiros, os passivos financeiros e as operações extraorçamentais é a que de seguida se evidencia.

30/09/2013	Euros		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Despesas Totais	1.124.207.768,00	799.622.054,19	71,13%
Funcionamento	687.501.312,00	550.376.643,54	80,05%
Despesas com Pessoal	308.480.296,00	235.225.664,56	76,25%
Remunerações certas	244.104.167,00	184.520.101,32	75,59%
Abonos variáveis	8.049.384,00	5.380.242,43	66,84%
Segurança Social	56.326.745,00	45.325.320,81	80,47%
Transferências	331.222.914,00	289.447.009,72	87,39%
Juros e outros encargos	13.500.000,00	8.937.073,47	66,20%
Outras	34.298.102,00	16.766.895,79	48,89%
Investimento	436.706.456,00	249.245.410,65	57,07%

Nas despesas de funcionamento, são os encargos com pessoal e as transferências, as rubricas que assumem maior peso, tendo contabilizado no seu conjunto 524,7 milhões de euros, 95,3% do total destas despesas.

As despesas com pessoal registaram, uma execução de 235,2 milhões de euros, correspondente a 76,3% do valor orçamentado.



As transferências apresentaram uma execução de 289,4 milhões de euros, o que equivaleu a um grau de execução de 87,4%. Do referido valor, 264,5 milhões de euros, foram transferidos para o Serviço Regional de Saúde.

As despesas de investimento atingiram os 249,2 milhões de euros, valor que correspondeu a uma de execução de 57,1% e que representa 31,2% do total da despesa executada.



B) Administração Local

Receitas

As receitas globais dos municípios da Região Autónoma dos Açores sofreram em 2012 nova redução, tal como se verificara em 2010 e 2011. Em 2012, os municípios receberam verbas na totalidade de 179,5 M€ (milhões de euros), o que implica uma redução de 7,7%.

Pelo quadro resumo das receitas, verifica-se que a única componente da receita a mostrar algum crescimento foi a dos fundos comunitários, que aumentou 2,2%.

Receitas	2010		2011		2012		2011/12
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Receitas Próprias	51.159.297	23,8	48.821.197	25,1	45.101.952	25,1	-7,6
Fundos Orçamento do Estado	100.806.584	46,8	95.777.056	49,2	92.200.732	51,4	-3,7
Fundos Comunitários	26.868.995	12,5	18.097.459	9,3	18.494.017	10,3	2,2
Transferências - Governo Regional	7.987.755	3,7	7.737.930	4,0	5.938.839	3,3	-23,3
Outras Transferências	8.509.418	4,0	2.591.329	1,3	1.012.261	0,6	-60,9
Empréstimos	19.856.359	9,2	21.490.882	11,0	16.734.461	9,3	-22,1
Totais	215.188.409	100	194.515.854	100	179.482.262	100	-7,7

A principal fonte de financiamento, os Fundos do Orçamento do Estado, transferidos de acordo com a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) sofreu uma redução de quase 4%, sendo um valor expressivo, numa receita que representa mais de metade (51,4%) das verbas obtidas pelos municípios.



As receitas próprias, onde se incluem os impostos municipais (IMI, IMT e IUC), bem como taxas e venda de bens e serviços, diminuíram 7,6%, mas o seu peso relativo nas receitas totais manteve-se nos 25%, uma vez que as receitas totais tiveram uma redução semelhante, em termos percentuais. O comportamento das diversas componentes deste tipo de receita foi variado. O IUC aumentou 22% e o IMI aumentou, mas apenas 2,3%, e por outro lado, o IMT diminuiu quase 30% e as receitas com loteamentos e obras sofreram um decréscimo de 11%, acompanhando o abrandamento da atividade económica. A venda de bens de investimento (terrenos, edifícios e habitações) sofreu uma quebra de 50,4%. Esta receita não apresenta um comportamento regular: em 2012 foi de 1,5 M€, mas nos 5 anos anteriores a média foi de 6,7 M€, mas no período 2002-2006 a média anual foi de 1,4 M€.

Em 2012, os municípios contraíram empréstimos no valor global de 16,7 M€. Todavia, uma parte importante deste valor (11,5 M€) refere-se a empréstimos de saneamento financeiro, utilizados no pagamento de dívidas a bancos e empresas. De facto, o endividamento diminuiu em 2012, como adiante se verá.

Despesas

As despesas municipais sofreram uma redução de 5,5%, somando cerca de 184 M€ e excedendo a receita em 4,5 M€. Este excesso foi suportado pelo saldo de 9 M€ transitado de 2011.



euros

Despesas	2010		2011		2012		2011/12
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Pessoal	51.671.736	24,3	49.610.267	25,5	46.683.731	25,4	-5,9
Aquisição de Bens	8.288.877	3,9	7.702.835	4,0	7.184.199	3,9	-6,7
Aquisição de Serviços	19.709.737	9,3	19.653.923	10,1	19.218.935	10,4	-2,2
Juros	3.745.004	1,8	4.054.515	2,1	4.849.029	2,6	19,6
Amortizações de empréstimos	20.510.942	9,6	24.830.226	12,8	24.264.697	13,2	-2,3
Investimento direto	71.895.481	33,8	47.170.817	24,2	46.651.980	25,4	-1,1
Investimento delegado (adm local e empresas)	10.734.208	5,0	17.208.999	8,8	13.657.703	7,4	-20,6
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	10.806.720	5,1	8.639.150	4,4	7.156.833	3,9	-17,2
Transf corr e subsíd p/setor empresarial local	9.195.825	4,3	9.044.314	4,6	8.984.994	4,9	-0,7
Outras Transferências (famílias, etc.)	2.184.653	1,0	2.013.148	1,0	2.160.675	1,2	7,3
Outras Despesas	4.030.078	1,9	4.619.990	2,4	3.123.238	1,7	-32,4
Totais	212.773.260	100	194.548.184	100	183.936.014	100	-5,5

Salienta-se a redução da maioria das rubricas da despesa, nomeadamente, as despesas de pessoal que diminuíram 5,9%, bem como outras despesas correntes, tais como, aquisições de bens e serviços, com reduções de 6,7% e 2,2%. No caso das despesas de pessoal teremos que recuar a 2006 para obtermos um valor inferior aos 46,7 M€ verificados em 2012.

Por outro lado, a rubrica “juros” sofreu um aumento de 19,6%, apesar da diminuição de 5,4% verificada na dívida bancária e da descida das taxas de juros – a taxa Euribor a 6 meses era de 1,797% em 01-07-2011 e em 01-07-2012 o seu valor era de 0,928%. Uma explicação possível poderá ser o maior spread aplicado pelos bancos nos empréstimos mais recentes, bem como a aplicação de um período de diferimento aos empréstimos de saneamento financeiro, mantendo inalterável o capital em dívida nos primeiros anos, sobrecarregando os juros suportados nesse período.



O investimento direto municipal diminuiu ligeiramente (-1,1%), mas o investimento delegado nas freguesias, associações de municípios e empresas municipais sofreu uma redução de 20,6%.

Outra rubrica a registar uma descida acentuada foi a das transferências para instituições não lucrativas (-17,2%). Estas transferências atingiram o valor máximo em 2007 (12,1 M€), tendo vindo a descer até aos 7,2 M€ em 2012.

Por outro lado, os subsídios à exploração e as transferências correntes para o setor empresarial local diminuiram 0,7%, enquanto que as transferências para as famílias aumentaram 7,3%, sendo esta rubrica e os juros, as únicas aumentaram.

Fluxo Orçamental

O quadro seguinte mostra a evolução das receitas e despesas correntes e de capital, bem como os saldos iniciais e finais do triénio 2010-2012.

Fluxo Orçamental	euros		
	2010	2011	2012
Saldo Inicial - SI	6.571.651	8.986.306	9.016.557
Receitas Correntes - RC	112.036.777	108.209.162	103.821.248
Receitas de Capital - RK	103.004.557	86.179.525	75.595.280
Reposições n/ abatidas nos pagamentos - RNAP	147.075	189.747	65.734
Receita Total (RT) - (RC+RK+RNAP)	215.188.409	194.578.435	179.482.262
Total Disponível (TD) - (SI+RT)	221.760.059	203.564.740	188.498.820
Despesas Correntes - DC	101.556.574	99.186.281	93.793.117
Despesas de Capital - DK	111.216.686	95.361.903	90.142.897
Despesa Total (DT) - (DC+DK)	212.773.260	194.548.184	183.936.014
Saldo Final - (TD-DT)	8.986.799	9.016.556	4.562.805
Saldo orçamental corrente - (RC-DC)	10.480.203	9.022.881	10.028.131



O saldo inicial da gerência de 2010 era de 6,6 M€, aumentando para perto dos 9 M€ no final desse ano e mantendo-se a esse nível até ao final de 2011. No final de 2012, todavia, devido ao excesso de despesas, relativamente às receitas entradas no próprio ano, o saldo de gerência cai para os 4,6 M€.

Por outro lado, podemos constatar que as receitas correntes foram sempre superiores às despesas correntes, cumprindo-se a regra do equilíbrio orçamental corrente. Em 2012, apesar da redução no saldo total, o saldo orçamental corrente foi superior ao do ano anterior em 1 M€.

Endividamento

No final de 2012 a dívida global dos municípios era de 204 M€.

Endividamento	2010		2011		2012		2011/12
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Dívida bancária	162.512.092	65,3	160.376.267	68,2	151.725.018	74,3	-5,4
Dívida não bancária	86.329.214	34,7	74.905.078	31,8	52.501.405	25,7	-29,9
Totais	248.841.306	100	235.281.345	100	204.226.423	100	-13,2

No cômputo global do endividamento, a dívida bancária representa 74,3%, quando em 2011 o seu peso relativo era de 68,2%. A redução de 30% da dívida às empresas foi realizada, em parte, mediante o recurso a empréstimos bancários, transformando dívida de curto em médio ou longo prazo.



Finalmente, apresenta-se a evolução recente do rácio “Dívida total / receitas certas, considerando receitas certas, as receitas próprias mais os Fundos do Orçamento do Estado. A redução de 13,2% na dívida total traduziu-se num aumento do grau de cobertura das dívidas pelas receitas certas, ou permanentes.

	2010	2011	2012
Dívida total	248.841.306	235.281.345	204.226.423
Receitas Certas (Receitas Próprias + Fundos OE)	151.965.881	144.598.253	137.302.684
Receitas Certas / Dívida total (%)	61	61	67

Balanço

No final de 2012, os municípios dos Açores tinham um ativo líquido total de 1.235 milhões de euros, verificando-se uma ligeira redução de 0,6%. A maior rubrica do Ativo, o imobilizado corpóreo, representando 89%, quase não se alterou, uma vez que a aquisição e a construção de novos bens de investimento foram compensadas pelas amortizações do imobilizado já existente.

Cerca de 57% do ativo é coberto por fundos próprios e 16,5% por dívidas a bancos e outras entidades.



Balço Global - Municípios da RAA	2010		2011		2012		2011/12
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Imobilizado Incorpóreo	6.325.719	0,5	5.937.094	0,5	5.517.768	0,4	-7,1
Imobilizado Corpóreo	1.095.673.408	89,8	1.100.590.256	88,6	1.100.226.849	89,1	0,0
Imobilizado Financeiro	57.981.415	4,8	65.073.911	5,2	66.907.885	5,4	2,8
Existências	2.150.762	0,2	2.254.804	0,2	2.166.062	0,2	-3,9
Dívidas de Terceiros	15.756.442	1,3	26.128.836	2,1	28.600.044	2,3	9,5
Disponibilidades	11.251.829	0,9	11.375.997	0,9	8.737.649	0,7	-23,2
Acréscimos de Proveitos	4.662.497	0,4	4.151.982	0,3	3.185.078	0,3	-23,3
Custos Diferidos	25.890.853	2,1	27.275.020	2,2	19.617.184	1,6	-28,1
Ativo Total	1.219.692.926	100,0	1.242.787.900	100,0	1.234.958.520	100,0	-0,6
Fundos Próprios	656.211.657		679.397.406		702.651.792		3,4
Provisões para riscos e encargos	8.273.633	1,5	3.011.455	0,5	2.083.688	0,4	-30,8
Dívida Bancária	162.512.092	28,8	158.761.511	28,2	151.725.018	28,5	-4,4
Dívida não Bancária	86.329.214	15,3	76.519.834	13,6	52.501.405	9,9	-31,4
Passivo Exigível	257.114.939		238.292.800		206.310.111		-13,4
Acréscimos de Custos	7.905.213	1,4	6.403.490	1,1	5.835.793	1,1	-8,9
Proveitos Diferidos	298.461.117	53,0	318.694.203	56,6	320.160.823	60,1	0,5
Passivo Total	563.481.269	100	563.390.494	100	532.306.727	100	-5,5
Fundo Próprios e Passivo	1.219.692.926		1.242.787.900		1.234.958.520		-0,6

O maior crescimento verifica-se nas dívidas de terceiros (9,5%), somando em 2012 cerca de 28,6 M€, dos quais 11 M€ constituem dívidas de médio e longo prazo, resultantes de contratos ARAAL na área da habitação.

A redução de cerca de 4% nas existências está diretamente relacionada com a diminuição de 3,2% no investimento municipal.

No Passivo, o endividamento já foi comentado, restando apenas fazer referência aos acréscimos de custos, com uma redução de 8,9% e os proveitos diferidos, com um crescimento de 0,5%. Estes proveitos diferidos, no valor global de 320 M€ resultam do valor acumulado de participações recebidas em anos anteriores, provenientes dos fundos comunitários e do Governo, deduzidas das amortizações já efetuadas, na



proporção do imobilizado financiado. Este valor, apesar de ser incluído no Passivo, não constitui dívida a outras entidades, daí ser considerado como Passivo não exigível.

Demonstração de Resultados

O resultado líquido total em 2012 foi de 11,5 M€, aumentando 76% este ano. Foi o melhor resultado dos últimos 5 anos.

Em 2012, os municípios obtiveram resultados operacionais no valor global de 15,8 M€, ou seja, mais 64% do que no ano anterior. Se verificarmos o comportamento dos dois componentes deste resultado, os proveitos operacionais (impostos, taxas, serviços, Fundos do OE, etc.) e os custos operacionais (encargos com pessoal, bens e serviços, juros, amortizações e provisões do exercício, etc.) observamos que ambos sofreram reduções, mas nos custos, a redução foi quase o dobro da verificada nos proveitos.

euros				
Demonstração de Resultados - Municípios da RAA	2010	2011	2012	2012 - 2011 (%)
Amortizações do exercício	37.549.843	36.723.538	37.742.070	2,8
Provisões do exercício	4.056.558	3.274.021	385.727	-88,2
Custos operacionais	144.170.897	138.073.747	124.693.935	-9,7
Proveitos operacionais	149.291.577	147.705.052	140.502.008	-4,9
Custos e perdas financeiros	3.750.928	4.387.303	5.458.302	24,4
Proveitos e ganhos financeiros	1.704.512	1.813.465	2.571.471	41,8
Custos e perdas extraordinários	24.507.648	23.319.378	18.131.919	-22,2
Proveitos e ganhos extraordinários	23.973.275	22.818.926	16.748.631	-26,6
Resultados operacionais	5.120.681	9.631.305	15.808.073	64,1
Resultados financeiros	-2.046.417	-2.573.838	-2.886.831	12,2
Resultados extraordinários	-534.373	-500.452	-1.383.288	176,4
Resultado líquido do exercício	2.539.891	6.557.015	11.537.954	76,0



Os resultados financeiros e os resultados extraordinários foram sempre negativos no triénio 2010-2012, sendo de salientar os resultados extraordinários que passam de -500 mil para 1,4 milhões de euros. Neste caso foram os proveitos extraordinários que diminuíram mais (26,6%) do que os custos extraordinários (22,2%).



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), utiliza os métodos que têm sido usados no passado recente, traduzindo-se em transparência e rigor.

O Governo Regional tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento económico sustentado, de forma a que as populações e os agentes económicos ultrapassem os efeitos adversos da conjuntura nacional e internacional. Tendo em atenção estes objetivos, a política orçamental da presente proposta, insere-se num quadro de rigor de finanças públicas regionais.

Assim, o Governo entende que deve continuar a apostar em projetos de investimento que potenciem a máxima utilização dos fundos comunitários. Esta estratégia permite incrementar a receita de fundos da União Europeia e, ao mesmo tempo, dá um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o fomento do emprego.

A presente proposta de orçamento prossegue, uma política de contenção da despesa pública de funcionamento, apresentando um decréscimo em 3,5%.

Apresenta-se, de seguida, a estrutura da proposta do ORAA para 2014, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais.



Síntese do ORAA

	Milhões de Euros
	2014
1. Receitas Correntes	794,2
2. Despesas Correntes	668,0
3. Encargos da Dívida Pública	16,0
4. Saldo Corrente (1-2)	126,3
5. Receitas de Capital	322,2
6. Empréstimos	45,0
7. Despesas de Capital	448,5
8. Amortização de Dívida	19,1
9. Saldo de Capital (5-7)	-126,3
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	16,0

A proposta de orçamento para 2013 contabiliza um saldo primário de 16,0 milhões de euros.



A) Orçamento da Receita

A receita global prevista para o ano de 2014 ascende a 1.298,7 milhões de euros. Excluindo-se o montante de 182,2 milhões de euros, orçamentado em sede de operações extraorçamentais, o valor da receita atinge os 1.116,5 milhões de euros.

Para efeitos de análise comparativa, aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva.

Os dois grandes agregados que compõem as receitas efetivas – receitas próprias e transferências – do Orçamento de Estado e da União Europeia, são as principais fontes de financiamento do orçamento da Região.

As receitas efetivas atingem o valor global de 1.067,3 milhões de euros.

As receitas próprias, representam 58,9% do total da receita efetiva, continuando a ser a principal fonte de financiamento do orçamento.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 23,6% e 17,6%, respetivamente, do total da receita efetiva.



Receitas Próprias

Prevê-se, que para 2014, as receitas próprias atinjam o montante de 628,4 milhões de euros.

No âmbito destas destacam-se as receitas fiscais, que com 597,1 milhões de euros, representam 95,0% do respetivo total.

Os impostos diretos atingem uma previsão orçamental de 232,4 milhões de euros, mais 19,2% do que o orçamentado para 2013, e mais 1,5% relativamente ao projetado para a execução do corrente ano, representando cerca de 38,9% do total das receitas fiscais.

A receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimada em 181,7 milhões de euros, valor que traduz um acréscimo de 10,2%, relativamente à dotação para 2013, e de 1,5% face ao esperado no final do corrente ano.

Para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) estima-se uma receita de 50,7 milhões de euros, mais 69,2% do que o orçamentado para 2013 e mais 1,5% do valor previsto para 2013.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 364,6 milhões de euros, mais 31,1% do que o valor provisório de execução para 2013, estimando-se uma receita deste imposto na ordem dos 256,0 milhões de euros, mais 17,4% do que o previsto para 2013.



Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), estima-se uma receita de 46,7 milhões de euros.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 31,5 milhões de euros, mais 1,5% do que a receita provisória deste imposto para o presente ano.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 3,9 milhões de euros.

Para o Imposto do Selo estima-se uma receita de 17,3 milhões de euros.

Relativamente ao Imposto único de Circulação (IUC) e aos outros impostos, estima-se, para 2013, uma de receita de 4,1 milhões de euros, mais 35,3% do valor orçamentado para 2013, e mais 1,5% da execução esperada para o final do corrente ano.

Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão global de 31,3 milhões de euros, a qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita que, naturalmente, não foram contemplados no agregado das receitas fiscais.



Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado, para 2014, atingem o montante global de 251,4 milhões de euros, nos termos do estipulado na LFRA, dos quais, 179,6 milhões de euros, se destinam a compensar os custos de insularidade e 71,8 milhões de euros, relativos ao Fundo de Coesão.

Embora se registre uma diminuição significativa ao nível das transferências financeiras ao abrigo na nova LFRA, menos 67 milhões de euros do que em 2013 e menos 105,5 milhões de euros do que em 2010, importa referir que a Região irá registar, como referido anteriormente, um aumento igualmente significativo da receita do IVA, em virtude da alteração do método de determinação da receita deste imposto, de que resulta uma redução líquida superior a 24 milhões de euros.

Transferências da União Europeia

As transferências financeiras com origem na União Europeia deverão atingir, em 2014, o montante global de 187,5 milhões de euros. Estas transferências correspondem ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.



A execução desta componente de receita está condicionada pela calendarização da aprovação, pelas entidades europeias, dos instrumentos operacionais do próximo período de programação financeira.

Operações Extraorçamentais

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 182,2 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria - retenções de receita do Estado, com 31,1 milhões de euros e as outras operações de tesouraria com 151,1 milhões de euros.



A) Orçamento da Despesa

O valor total da despesa orçamentada, em 2014, atinge os 1.298,7 milhões de euros, incluindo igualmente uma previsão de 182,2 milhões de euros, em operações extraorçamentais.

A análise ao orçamento da despesa é efetuada, tal como estabelece a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, nos termos das respetivas classificações legais, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

Classificação Económica

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa prevista para o ano de 2014, bem como, a respetiva estrutura do orçamento relativo ao corrente ano, excluindo os montantes orçamentados para a dotação provisional, os montantes dos passivos financeiros e as operações extraorçamentais.



	2013	%	2014	%	Euros Var.
1. Despesas Correntes	681.489.020	60,9%	657.453.542	60,5%	-3,5%
Despesas com Pessoal	314.283.034	28,1%	305.513.293	28,1%	-2,8%
Transferências	325.319.161	29,1%	309.427.000	28,5%	-4,9%
Aquisição de Bens e Serviços	16.151.078	1,4%	15.592.940	1,4%	-3,5%
Juros e Outros Encargos	15.000.000	1,3%	16.000.000	1,5%	6,7%
Outras	10.735.747	1,0%	10.920.309	1,0%	1,7%
2. Despesas de Capital	1.088.592	0,1%	1.042.500	0,1%	-4,2%
Aquisição de Bens	706.792	0,1%	660.700	0,1%	-6,5%
Outras	381.800	0,0%	381.800	0,0%	0,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	682.577.612	61,0%	658.496.042	60,6%	-3,5%
4. Despesas do Plano	436.976.456	39,0%	428.330.470	39,4%	-2,0%
5. Total da Despesa (3+4)	1.119.554.068	100,0%	1.086.826.512	100,0%	-2,9%

Prevê-se que as despesas de funcionamento, atinjam os 658,5 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 3,5%, relativamente ao previsto para o corrente ano. Deste total, 657,5 milhões de euros, constituem as despesa correntes. Do total das despesas correntes, 93,5%, dizem respeito a despesas com pessoal e transferências.

No que respeita à estrutura da despesa, regista entre 2013 e 2014 um aumento do peso das despesas de investimento por contrapartida de uma diminuição do peso das despesas de funcionamento.



As despesas com pessoal estão orçamentadas em 305,5 milhões de euros, menos 2,8% do que o correspondente valor de 2013.

A dotação proposta para o agregado das transferências correntes, atinge o valor de 309,4 milhões de euros, menos 4,9% do que o esperado para o corrente ano.

Neste agrupamento económico das transferências estão contempladas as verbas destinadas aos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde – com uma dotação de 276 milhões de euros – bem como a dotação destinada a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões – com uma dotação de 24,4 milhões de euros – para além das despesas com pessoal dos diversos fundos e serviços autónomos que constituem a administração indireta da Região.

A aquisição de bens e serviços correntes atinge um valor de 15,6 milhões de euros, menos 3,5% do que o correspondente valor do ano anterior.

A aquisição de bens de capital está dotado com 0,7 milhões de euros, menos 6,5% do que em 2013.

A evolução observada, em 2014, nos agrupamentos económicos de aquisição de bens e serviços correntes e bens de capital, como, aliás, se vem registando nos últimos anos, é claramente demonstrativa da eficaz política de contenção imposta pelo Governo Regional a este tipo de despesas.



Para os juros da dívida pública e outros encargos, está prevista uma dotação de 16,0 milhões de euros.

As outras despesas correntes estão estimadas em 10,9 milhões de euros, dos quais, 10,4 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,0 milhões de euros, dos quais, 0,6 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e 0,4 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas do plano contempladas no capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, em 2014, uma previsão orçamental de 428,3 milhões de euros.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2014, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais.



	Euros			
	2013	%	2014	%
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10.449.100	0,8%	10.774.100	0,8%
Presidência do Governo Regional	7.588.409	0,6%	7.596.156	0,6%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	349.049.606	25,7%	317.721.325	25,0%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	47.436.645	3,5%	54.018.406	4,3%
Sec, Reg. da Saúde	349.347.720	25,7%	319.859.569	25,2%
Sec. Reg. da Educação, Ciência e Cultura	315.485.796	23,2%	293.204.794	23,1%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	130.164.123	9,6%	139.932.983	11,0%
Sec. Reg. dos Recursos Naturais	148.063.079	10,9%	125.955.751	9,9%
Total	1.357.584.478	100%	1.269.063.084	100%

A Secretaria Regional da Saúde e Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, representam, no seu conjunto, 56,4% do total da despesa pública prevista.

A Secretaria Regional da Saúde, com uma verba de 319,9 milhões de euros, contempla, uma dotação orçamental significativa. Neste montante, destacam-se os 276 milhões de euros, afetos aos organismos integrados no Serviço Regional de Saúde e os 40,6 milhões de euros, associados ao plano de investimentos deste departamento regional.

À Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, fica afeta uma dotação de 293,2 milhões de euros. Deste montante, destacam-se as



verbas afetas à Direção Regional da Educação, com 206,8 milhões de euros e o valor associado ao plano de investimentos, com 72,1 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, não se considerando o montante das operações extraorçamentais.

	Euros			
	2013	%	2014	%
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10.449.100	0,9%	10.774.100	1,0%
Presidência do Governo Regional	7.578.409	0,7%	7.596.156	0,7%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	129.279.053	11,5%	135.546.788	12,5%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	47.429.645	4,2%	54.018.401	5,0%
Sec, Reg. da Saúde	348.347.715	31,1%	319.859.564	29,4%
Sec. Reg. da Educação, Ciência e Cultura	308.313.581	27,5%	293.194.794	27,0%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	124.358.113	11,1%	139.882.978	12,9%
Sec. Reg. dos Recursos Naturais	143.798.452	12,8%	125.953.731	11,6%
Total	1.119.554.068	100%	1.086.826.512	100%

A Secretaria Regional da Saúde, é o departamento regional com o maior peso na estrutura da despesa, com 29,4% do respetivo total.

A Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, tem igualmente, um peso muito significativo, atingindo os 27,0%, do total da despesa.

No seu conjunto, estes dois importantes sectores sociais representam, 56,4% do total da despesa orçamentada.



O quadro a seguir apresentado contempla as despesas previstas no capítulo 50 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2014, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.

	Euros			
	2013	%	2014	%
Presidência do Governo Regional	1.528.000	0,3%	1.951.000	0,5%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	58.452.691	13,4%	63.796.143	14,9%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	39.481.731	9,0%	46.066.838	10,8%
Sec. Reg. da Saúde	47.136.746	10,8%	40.577.510	9,5%
Sec. Reg. da Educação, Ciência e Cultura	84.968.922	19,4%	72.074.732	16,8%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	100.888.764	23,1%	116.636.346	27,2%
Sec. Reg. dos Recursos Naturais	104.519.602	23,9%	87.227.901	20,4%
Total	436.976.456	100%	428.330.470	100%

A Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com 116,6 milhões de euros de dotação, é o departamento regional com o maior volume de despesas de investimento, representando 27,2% do respetivo total.

A Secretaria Regional dos Recursos Naturais, com uma dotação de 87,2 milhões de euros, contempla, igualmente, um volume financeiro significativo, representando 20,4% do total das despesas de investimento previstas para 2014.



Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2014, sem as operações extraorçamentais.

	2013	%	2014	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	114.190.658	10,2%	114.275.595	10,5%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	114.190.658	10,2%	114.275.595	10,5%
2. Funções Sociais	717.399.907	64,1%	675.992.461	62,2%
2.01 Educação	257.767.333	23,0%	253.584.482	23,3%
2.02 Saúde	340.413.262	30,4%	311.346.837	28,6%
2.03 Segurança e Ação Social	26.133.498	2,3%	28.153.570	2,6%
2.04 Habitação e Equipamentos Coletivos	49.539.763	4,4%	48.673.958	4,5%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	43.546.051	3,9%	34.233.614	3,1%
3. Funções Económicas	260.392.420	23,3%	267.773.559	24,6%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	105.667.756	9,4%	93.630.340	8,6%
3.03 Transportes e Comunicações	86.293.040	7,7%	98.312.193	9,0%
3.05 Outras Funções Económicas	68.431.624	6,1%	75.831.026	7,0%
4. Outras Funções	27.571.083	2,5%	28.784.897	2,6%
4.01 Operações da Dívida Pública	15.000.000	1,3%	16.000.000	1,5%
4.03 Diversas não Especificadas	12.571.083	1,1%	12.784.897	1,2%
Total	1.119.554.068	100%	1.086.826.512	100%



As áreas sociais, com uma dotação global de 676,0 milhões de euros, são o sector com maior peso na estrutura da despesa, para 2014, representando 62,2% do respetivo total.

No âmbito das funções sociais, têm um peso naturalmente significativo, os sectores da Saúde e da Educação, com 311,3 e 253,6 milhões de euros, respetivamente.

Os sectores da Saúde e da Educação representam 83,6% das verbas afetas às funções sociais e 52,0% do total da despesa prevista para o ano de 2014.

As funções económicas atingem uma previsão global de 267,8 milhões de euros, representando 24,6% da despesa orçamentada para 2014.

No âmbito das funções económicas, o sector dos Transportes e Comunicações, é o que contempla a dotação mais significativa, com 98,3 milhões de euros. Este sector representa 36,7% das funções económicas e 9,1% do total da despesa prevista para o ano de 2014.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA) bem como as entidades empresariais inseridas no sector público administrativo – Ilhas de Valor, S.A., Saudaçor, S.A., Atlânticoline, S.A., Teatro Micaelense, S.A., Azorina, S.A., IROA, S.A. e a SDEA, S.A., especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos.

As despesas globais dos FSA, também são especificadas, segundo:

- Classificação orgânica,
- Classificação funcional e,
- Classificação económica.

Para efeito do disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, a presente proposta de orçamento considera integradas no sector publico administrativo, como serviços e fundos autónomos, as entidades que tenham sido incluídas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.



Classificação Económica

Para 2014, o orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo, segundo a sua classificação económica, é o que de seguida se apresenta.

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	302.100.658	DESPESAS CORRENTES	288.604.961
Impostos diretos	0	Despesas com pessoal	72.541.451
Impostos indiretos	0	Segurança Social	
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Contribuições para a Seg. Social	
Txs,multas e outras penalidades	12.115.614	Aq. de bens e serviços correntes	102.962.605
Rend. de propriedades	7.093	Juros e outros encargos	40.658.217
Transferências	262.574.063	Transferências Correntes	39.058.982
Adm. Públicas	248.363.413	Adm. Públicas	580.000
Outros setores	14.210.650	Outros setores	38.478.982
Venda de bens e serviços correntes	27.117.070	Subsídios	31.537.468
Outras receitas correntes	286.818	Outras despesas correntes	1.846.238
RECEITAS DE CAPITAL	113.780.121	DESPESAS DE CAPITAL	129.289.004
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	8.964.370
Transferências	29.105.776	Transferências de Capital	101.790.046
Adm. Públicas	29.056.776	Adm. Públicas	904.500
Outros setores	49.000	Outros setores	100.885.546
Ativos financeiros	174.345	Ativos financeiros	1.002.413
Passivos financeiros	84.500.000	Passivos financeiros	9.532.175
Outras receitas de capital	0	Outras despesas de capital	8.000.000
Recursos próprios comunitários	0		
SUB-TOTAL	415.880.779	SUB-TOTAL	417.893.965
Reposições	40.988		
Saldo da gerência anterior	1.943.198		
Na posse do serviço	818.096		
Na posse da Segurança Social	1		
Na posse do Tesouro	1.125.101		
Operações extra-orçamentais	6.509.900	Operações extra-orçamentais	6.480.900
TOTAL	424.374.865	TOTAL	424.374.865



A previsão global para o orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos e entidades empresariais inseridas no sector público administrativo do próximo ano, situa-se nos 424,4 milhões de euros.

A receita corrente, com 302,1 milhões de euros representa 71,2% do total orçamentado, enquanto os 113,8 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 26,8%. Os restantes 8,5 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extraorçamentais.

No agregado das receitas correntes, evidenciam-se as transferências, as quais, com 262,6 milhões de euros, representam 86,9% do total da receita corrente.

Estima-se que as receitas de capitais arrecadadas atinjam os 113,8 milhões de euros, dos quais 29,1 milhões de euros são relativos a transferências.

Quanto à despesa, prevê-se que se situe nos 424,4 milhões de euros, decompostos por 288,6 milhões de euros para as despesas correntes (68,0%), 129,3 milhões de euros para as despesas de capital (30,5%) e por 6,5 milhões de euros de operações extraorçamentais (1,5%).

Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 35,7%, e 25,1% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 175,5 milhões de euros.



Prevê-se uma despesa de capital na ordem dos 129,3 milhões de euros, dos quais 101,8 milhões de euros dizem respeito às transferências de capital.

Classificação Orgânica

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	55.836.190	13,16%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	16.368.500	3,86%
Secretaria Regional da Saúde	246.936.902	58,19%
Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura	24.156.365	5,69%
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	49.489.996	11,66%
Secretaria Regional dos Recursos Naturais	31.586.912	7,44%
Total	424.374.865	100,00%

O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 246,9 milhões de euros (58,2%). Dos FSA e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento:

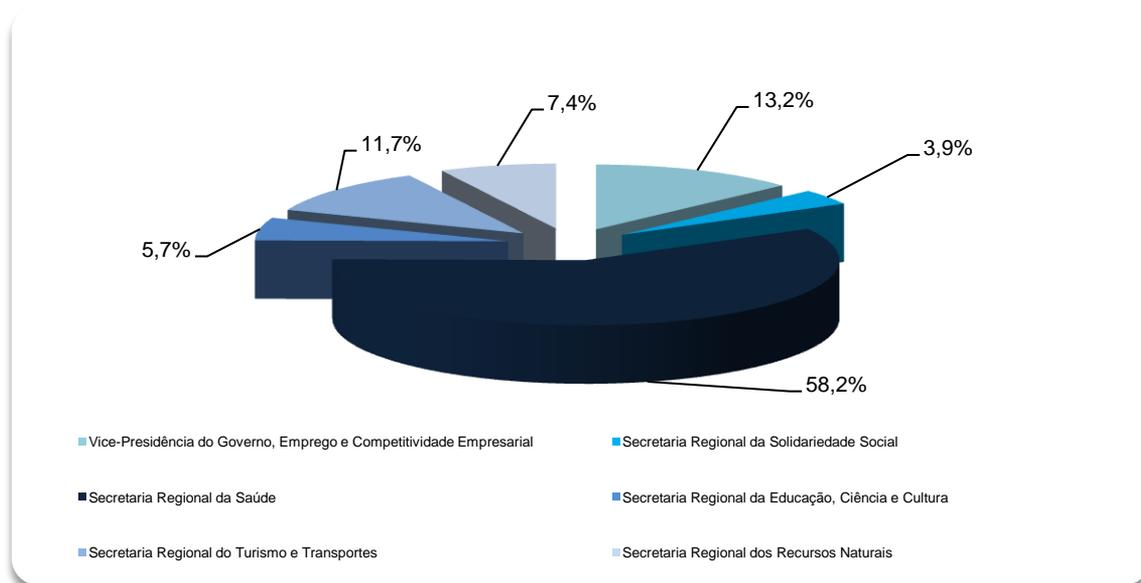
- Sudaçor, S.A. – 55,0%
- Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel – 22,0%
- Unidade de Saúde da Ilha Terceira – 8,6%

Ressalvam-se, ainda, a Vice Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, a qual, com 55,8 milhões de euros



representa 13,2% do total orçamentado, destacando-se o Fundo Regional do Emprego com 43,0% e as Ilhas de Valor, S.A. com 29,5%.

A distribuição orgânica do orçamento dos FSA é, graficamente, a que abaixo se apresentada.



Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	36.563.888	8,6%
Funções Sociais	283.354.429	66,8%
Funções Económicas	75.777.984	17,9%
Outras Funções	28.678.564	6,8%
TOTAL	424.374.865	100,00%

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se diferenciam, com 283,6 milhões de euros (66,8%) do total da despesa,



sucedendo-se as funções económicas com 75,8 milhões de euros (17,9%), as funções gerais de soberania com 36,6 milhões de euros (8,6%) e as outras funções com 28,7 milhões de euros (6,8%).

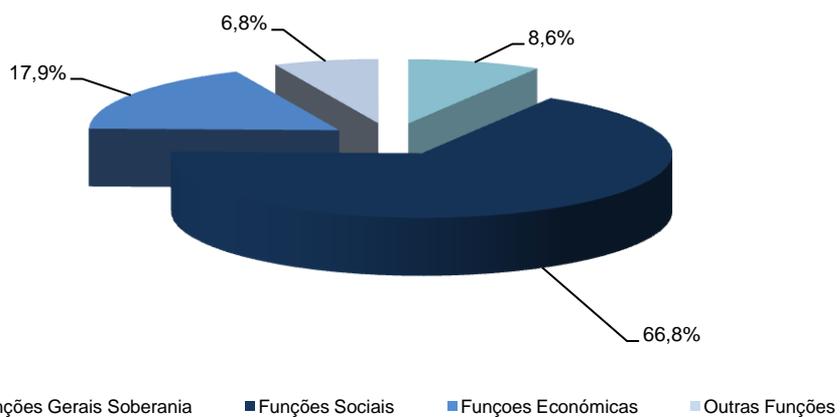
O total imputado a cada uma das funções de carácter social, é a seguinte:

- Saúde – 245,0 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 16,4 milhões de euros;
- Educação – 15,5 milhões de euros;
- Habitação e Serviços Coletivos – 4,1 milhões de euros
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 2,4 milhões de euros.

Os 75,8 milhões de euros afetos às funções económicas decompõem-se do seguinte modo:

- Indústria e Energia – 31,9 milhões de euros;
- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 27,5 milhões de euros;
- Transportes e Comunicações – 16,4 milhões de euros.

O gráfico seguinte mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA e das entidades empresariais inseridas no sector público administrativo.





D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O orçamento consolidado do Sector Público Administrativo - serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e as entidades empresariais no âmbito do S.P.A., para 2014, é de 1.463,8 milhões de euros.

	(Milhões de euros)
Receitas Correntes	861,3
Impostos Diretos	232,4
Impostos Indiretos	364,6
Contribuições para a Segurança Social	4,6
Taxas, multas e outras penalidades	19,4
Rendimentos de propriedade	3,6
Transferências Correntes	207,2
Administrações Públicas	184,4
Outras	22,7
Venda de Bens e Serviços Correntes	27,7
Outras Receitas Correntes	1,8
Receitas de Capital	408,9
Venda de Bens de Investimento	10,1
Transferências de Capital	264,2
Administrações Públicas	76,6
Outras	187,6
Ativos Financeiros	0,7
Passivos Financeiros	133,6
Outras Receitas de Capital	0,3
Outras Receitas	4,8
Reposições	2,9
Saldo de Gerência Anterior	1,9
Operações Extra-Orçamentais	188,7
Total da Receita	1.463,8
Despesas Correntes	827,3
Despesas com Pessoal	379,5
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	143,6
Juros e Outros Encargos	56,7
Transferências Correntes	192,7
Administrações Públicas	1,5
Outras	191,1
Subsídios	31,5
Outras despesas Correntes	23,4
Despesas de Capital	447,8
Aquisição de Bens de Capital	124,6
Transferências Capital	285,0
Administrações Públicas	0,9
Outras	284,0
Ativos Financeiros	1,2
Passivos Financeiros	28,7
Outras despesas de Capital	8,4
Operações Extra-Orçamentais	188,7
Total da Despesa	1.463,8



As receitas correntes atingirão os 861,3 milhões de euros (58,8% do total da receita), das quais 597,1 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 264,3 milhões de euros a outras receitas correntes.

Estima-se que as receitas de capital, permitam uma arrecadação de 409,0 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (827,3 milhões de euros) 45,9% dizem respeito a despesas com pessoal (379,5 milhões de euros).

Para as despesas de capital está prevista uma execução de 447,8 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 188,7 milhões de euros, 12,9% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A - Dívida Direta

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2012, determinou no n.º 1 do artigo 107.º a impossibilidade da Região Autónoma dos Açores aumentar o seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, à semelhança dos anos anteriores, as situações decorrentes do financiamento de projetos com participação de fundos comunitários e à regularização de dívidas vencidas da Região.

Em consequência do disposto, a 31 de Dezembro de 2012, o stock da dívida pública direta da Região atingiu os 412,3 milhões de euros.

<u>31/12/2012</u>	<u>Euros</u>
	MONTANTE EM DÍVIDA
Dexia - Project & Public Finance	56.500.000,00
Dexia Sabadell	91.000.000,00
Depfa - Bank	49.800.000,00
Governo da República	127.313.674,00
Governo da República	7.686.326,00
Sindicato CGD,BPI,BANIF e Millennium	50.000.000,00
BANIF	7.500.000,00
BESA	8.000.000,00
BPG	7.500.000,00
BPG	1.980.000,00
CEMAH	5.000.000,00
TOTAL	412.280.000,00



Serviço da Dívida Pública

Em 2012, os juros da dívida pública, apresentaram uma execução orçamental de 15,3 milhões de euros.

A evolução dos juros, amortizações e outros encargos correntes da dívida pública, no período de 2006 a 2012, é a que abaixo se explicita.

Milhares de Euros				
Anos	Juros	Amortizações	Outros Encargos	Total
2006	10.433	49.880	98	60.411
2007	11.702	56.587	25	68.314
2008	13.123	91.250	26	104.399
2009	11.364	0	85	11.449
2010	8.870	0	75	8.945
2011	12.874	0	108	12.981
2012	15.013	127.314	278	142.605



B - Avais

A 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade da Região com avais situava-se nos 458,2 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

31/12/2012				Euros	
AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE	
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A.	4.090.335,05	273.029,91	
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	2.501.991,06	267.713,06	
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	12.000.000,00	
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	10.000.000,00	
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	24.000.000,00	
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00	
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	24.000.000,00	
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00	
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00	
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A.	36.000.000,00	36.000.000,00	
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00	
2/07	Déxia Credit local	APTG, SA	5.500.000,00	3.208.333,65	
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	8.957.142,87	
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	9.000.000,00	5.850.000,00	
2/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HDES PD, EPE	5.628.000,00	5.628.000,00	
3/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HSP AH, EPE	3.486.000,00	3.486.000,00	
4/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HH, EPE	1.386.000,00	1.386.000,00	
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	4.500.000,00	3.652.984,84	
2/10	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	15.000.000,00	15.000.000,00	
4/10	Montepio	HH, EPE	2.000.000,00	2.000.000,00	
1/11	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	22.000.000,00	22.000.000,00	
2/11	Santander	SAUDAÇOR, S.A.	9.000.000,00	7.200.000,00	
3/11	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	AZORINA, S.A.	865.000,00	865.000,00	
1/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	1.500.000,00	1.500.000,00	
2/12	C.C.A.M. dos Açores	SAUDAÇOR, S.A.	6.000.000,00	6.000.000,00	
3/12	Banco BPI	LOTAÇOR, S.A.	11.300.000,00	10.800.000,00	
4/12	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	30.500.000,00	30.500.000,00	
5/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	IROA, SA	1.500.000,00	1.500.000,00	
6/12	Montepio	Atlânticoline, SA	2.000.000,00	2.000.000,00	
7/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	2.250.000,00	2.250.000,00	
8/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	1.900.000,00	1.900.000,00	
TOTAL			525.307.326,11	458.224.204,33	

Para o ano de 2013 foi definido o plafond de avais em 90,0 milhões de euros, tendo sido concedidos sete avais, no montante de 89,8 milhões de euros, 99,8% do plafond, conforme quadro seguinte.



Euros			
Aval	Entidade beneficiária	Resolução	Montante
1/13	LOTAÇOR, S.A.	Resolução nº53 /2013, de 3 de junho	1.500.000,00
2/13	SPRHI, S.A.	Resolução nº54 /2013, de 3 de junho	22.000.000,00
3/13	SINAGA, S.A.	Resolução nº55 /2013, de 3 de junho	1.650.000,00
4/13	SAUDAÇOR, S.A.	Resolução nº76 /2013, de 2 de julho	4.870.876,78
5/13	SAUDAÇOR, S.A.	Resolução nº76 /2013, de 2 de julho	20.400.000,00
6/13	SAUDAÇOR, S.A.	Resolução nº91 /2013, de 12 de agosto	5.400.000,00
7/13	SAUDAÇOR, S.A.	Resolução nº91 /2013, de 12 de agosto	34.000.000,00
			89.820.876,78

O valor das amortizações previstas para o ano de 2013, e que, por esta via, deixarão de constituir responsabilidade da Região, é de 59,5 milhões de euros.

O *plafond* de avales definido para o ano de 2014, é de 135 milhões de euros.

Acresce ao *plafond* de avales o montante 50 milhões de euros, destinados a co-garantir com o Governo da República, uma operação de financiamento do BEI à EDA.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Setor Público empresarial Regional é constituído pelo conjunto das empresas que têm capital social detido pela Região Autónoma dos Açores.

Essas empresas incorporam dinâmicas importantes nas suas áreas de atividade e abrangem diversos setores de atividade, como Energia, Turismo, Pescas, Ambiente e Transportes.

Do conjunto das 42 empresas, com referência a 31/12/2012 das empresas participadas pela Região, 17 empresas têm participação direta, 11 têm capital exclusivamente público, 2 têm participação inferior a 10% e 11 superior a 10%, mas minoritária.

O conjunto das empresas do Setor Público Empresarial Regional incorpora cinco grupos empresariais:

- Grupo Sata (Sata Air Açores, Sata Internacional, Sata Aeródromos, Sata Express, Azores Express e Sata SGPS);
- Grupo Portos dos Açores (Portos dos Açores, Atlanticoline e Transmaçor);
- Grupo Eda (Eda, Globaleda, EEG, Sogeo, Segma, Geoterceira e Norma);
- Grupo Lotaçor (Lotaçor, Espada Pescas, Santa Catarina e Companhia);
- Grupo Ilhas de Valor (Ilhas de Valor, Sinaga e PJCSC).



O Grupo EDA tem a participação direta ou indireta no capital social de 10 empresas, sendo que em 3 corresponde a participações em empresas privadas, o grupo SATA participa em 5 empresas e o Grupo Portos dos Açores em seis. O Grupo LOTAÇOR detém participação em 3 empresas e o Grupo Ilhas de Valor em 2 empresas.

Das dezassete empresas em que a Região participa diretamente, detém a totalidade do capital em onze:

- Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento de Saúde dos Açores, S.A.;
- Hospital do Divino Espírito Santo, E.P.E.;
- Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.;
- Hospital da Horta, E.P.E.;
- Sata SGPS, S.A.;
- Portos dos Açores, S.A.;
- Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.;
- SPRHI – Sociedade de Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.;
- Azorina – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.;
- IROA – Instituto Regional do Ordenamento Agrário, S.A.;
- APIA – Agência para a Promoção do Investimento nos Açores, E.P.E. (substituída pela SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R. no 1º trimestre de 2013).

Tem participação direta maioritária em cinco empresas:

- Transmaçor – Transportes Marítimos Açorianos, Lda.;



- Ilhas de Valor, S.A.;
- EDA – Electricidade dos Açores, S.A.;
- Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, S.A.;
- Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.

No âmbito da política de reestruturação do Setor Público Empresarial que Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver, já foram alienadas, extintas e/ou fusionadas 12 empresas, número que ainda poderá aumentar.

Os quadros seguintes apresentam as participações detidas direta e indiretamente pela Região, em percentagem do capital, sem considerar as participações indiretas de 2º grau.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO SPER											PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO	
		RAA	SATA SGPS, S.A.	SATA AIR AÇORES, S.A.	EDA, S.A.	EEG, LDA.	SEGMA, LDA.	NORMA, S.A.	LOTAÇOR, S.A.	SANTA CATARINA, LDA.	ATLANTI COLINE, S.A.	P.A., S.A.			ILHAS DE VALOR, S.A.
Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%
Hospital da Horta, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%
Sata Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A.		100,00%												100,00%	100,00%
Sata Internacional - Serviço e Transportes Aéreos, S.A.			100,00%											100,00%	100,00%
Sata - Gestão de Aeródromos, S.A.			100,00%											100,00%	100,00%
SATA EXPRESS INC. CAN			100,00%											100,00%	100,00%
AZORES EXPRESS INC. USA			100,00%											100,00%	100,00%
VERDGOLF, S.A.			0,75%											0,75%	0,75%
Sata - Sociedade de Transportes Aéreos SGPS, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.											100,00%			100,00%	100,00%
Atlânticoline, S.A.	16,03%										83,97%			83,97%	100,00%
TRANSMaçor- TRANSPORTES MARÍTIMOS AÇORIANOS, LDA	88,37%													0,00%	88,37%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda											20,00%			20,00%	20,00%
OPERTERCERA - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda											20,00%			20,00%	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, LDª.											20,00%			20,00%	20,00%
Portos dos Açores, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Espada Pescas, Unipessoal Lda.								100,00%						100,00%	100,00%
Santa Catarina - Indústria Conserveira Lda.								99,67%						99,67%	99,67%
Companha - Sociedade Pesqueira Lda.									94,00%					93,69%	93,69%
Ilhas de Valor, S.A.	99,44%		0,28%								0,28%			0,56%	100,00%
Sinaga - Sociedade de <industrias Agrícolas Açoreama, S.A.												51,00%		51,00%	51,00%
Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.												60,87%		60,87%	60,87%
Electricidade dos Açores (EDA), S.A.	50,10%													0,00%	50,10%
Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.				60,00%										30,06%	30,06%
Empresa de Electricidade e Gaz (EEG), Lda.				99,00%		1,00%								50,10%	50,10%
Sogeo - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A.				100,00%										50,10%	50,10%
Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção (SEGMA), Lda.				90,00%	10,00%									50,10%	50,10%
Geoterceira - Sociedade Geoléctrica da Terceira, S.A.				50,10%										25,10%	25,10%
Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.				62,63%										31,38%	31,38%
Oniaçores - Infocomunicações, S.A.				40,00%										20,04%	20,04%
Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.				0,00%			60,00%							18,83%	18,83%
Novabase Atlântico - Sistemas de Informação, S.A.				40,00%										20,04%	20,04%
ZON AÇORES, S.A.				6,18%										3,10%	3,10%
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Azorina - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A.	99,81%													0,00%	99,81%
Pousadas de Juventude dos Açores, S.A.	51,00%													0,00%	51,00%
IROA, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E	100,00%													0,00%	100,00%



PARTICIPAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - ASSOCIAÇÕES

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÃO DIRETA	PARTICIPAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO SPER						PARTICIPAÇÃO INDIRETA	TOTAL DE PARTICIPAÇÃO
		RAA	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A	PA, S.A.	INOVA	AAFTH		
Identificação da Entidade	RAA								RAA
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES (ATA)	38,50%	30,80%						30,80%	69,30%
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00%		2,00%		70,00%			45,91%	67,91%
INOVA- INST. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES	65,59%		0,77%					0,00%	65,59%
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	50,00%						25,00%	17,33%	67,33%
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR	28,57%			28,57%		7,14%	7,14%	32,55%	61,12%
AAFTH - ASS. AÇORIANA FORM.TURÍSTICA E-HOTELEIRA	50,00%	25,00%						25,00%	75,00%
FEJC- FUNDAÇÃO ENGº JOSÉ CORDEIRO			60,00%					30,06%	30,06%
AGESPI - Ass. para a Gestão Parque Industrial Ilha Terceira				25,00%				25,00%	25,00%